O risco de chegar atrasado ao dia do golpe

27/03/2015

Fortalecidos pela magnitude das manifestações do dia 15 de março, os organizadores do dia 12 de abril já organizam um golpe na democracia brasileira.

Juarez Guimarães

A coluna de Jânio de Freitas no jornal Folha de S. Paulo do domingo 22 de março – "Começar mais uma vez" – deve ser justamente saudada como a expressão nitidamente instalada na consciência democrática e republicana brasileira de que a direção do PSDB já está publicamente inserida em uma campanha golpista. Como recordamos no ensaio publicado nesta Carta Maior – "Por que ainda é possível derrotar a campanha golpista do PSDB? – , já havíamos formulado este diagnóstico em dezembro de 2014.

Não há mais lugar para a inconsciência ou subestimação da ameaça que ronda a democracia brasileira: já está em curso uma disputa pública bastante avançada sobre a legitimidade democrática da interrupção do segundo mandato da presidenta Dilma Roussef em seus inícios. Pesquisas recém divulgadas – elas próprias fazem parte da campanha midiática – dão um alto grau de impopularidade da presidenta, quatro quintos da população com a opinião de que ela sabia da corrupção na Petrobrás, três quintos marcando a opção de que ela não fez o que deveria para interrompê-la. Na pesquisa CNT/ Sensus, divulgada no dia 23 de março, 59% da população já apoiaria a proposta do impeachment da presidenta, seguindo altos índices de impopularidade do governo e de rejeição .

Se já é nítida a vontade e também a estratégia golpista do PSDB, é preciso agora diagnosticar o tempo em aceleração do processo político em curso: há um risco enorme do governo Dilma e das forças políticas que o sustentam chegarem atrasadas… ao dia do golpe.

Há boas razões para prever que o anunciado dia 12 de abril, marcado para convergir um novo protesto nacional de ruas contra a presidenta Dilma e o PT, está sendo pensado como um dia da instalação do golpe na democracia brasileira. Como isto poderia se dar?

A sua formulação de legitimidade democrática já está sendo publicamente exposta por FHC, cuja voz pública tem desde o início formulado o diapasão dos golpistas: se em dezembro já questionava a legitimidade da vitória eleitoral de Dilma, atribuindo a ela uma semi-legitimidade ou uma idéia de um país dividido ao meio, após o dia 15 de março já diferencia o impeachment por razões políticas do impeachment por razões técnicas:

o primeiro poderia se dar por uma razão clara de ingovernabilidade. Seria uma decisão política do Congresso Nacional. Esta formulação tem, em linhas gerais, sido seguida por várias lideranças nacionais do PSDB.

O dia 12 de abril poderia, em uma imaginação golpista, através do cerco simbólico a centros do poder, inaugurar uma agenda de um lock-out nacional – como se fez um teste, por exemplo, misturando reivindicações de caminhoneiros com o "fora Dilma" – , em uma cena dramaticamente configurada por todos os meios de comunicação empresarial de massa. Seria previsível neste contexto o acirramento dos ataques, inclusive físicos, a símbolos e sedes do PT, seguindo a linha da criminalização do partido que já freqüenta as manchetes dos jornais, como a manchete de O Globo de 21 de março.

Neste campo de previsão, o dia 12 de abril seria o dia 15 de março mais centralizado politicamente na exigência da renúncia ou saída imediata de Dilma (como aliás vem já sendo convocado nas redes), com mais envolvimento empresarial, com mais dramatização anti-petista e anti-governo (através de novas delações, depoimentos de Youssef na CPI, generalização das denúncias de corrupção em outras empresas estatais, algum testemunho ou ilação vinculando a corrupção ao PT ou à campanha de Dilma), com mais simbolismo (centro em São Paulo, mas simbolicamente estabelecendo o cerco em Brasília ao Palácio do Planalto).

Em uma cena de tal dramatização, seria possível confiar que a maioria da Câmara Federal está suficientemente posicionada a favor do governo para resistir a uma ação direta amparada em forte sentimento nacional captada nas redes midiáticas ou pesquisas de opinião?

Três dinâmicas

Toda a inteligência da estratégia golpista do PSDB está em que o seu núcleo real de comando organiza a manifestação pública mas não a convoca: para lhe dar um sentido "cívico", para além dos partidos, as redes sociais e o engajamento direto da mídia empresarial de massa cumprem este papel. As principais lideranças do PSDB, do DEM, do PPS, do Solidariedade aparecem de forma discreta ou apenas "apóiam", dissolvidas no verde-amarelo cívico.

Sem a presença explícita da mediação dos partidos, governos ou empresas, esta dinâmica de ruas, redes e mídias pode desenvolver todo o seu potencial anti-democrático em três dimensões fundamentais.

Em primeiro lugar, a aceleração do tempo político: não há que esperar o processo jurídico, o processo parlamentar da democracia. Há, de fato, uma sincronia entre a ação do PSDB que queria evitar a posse de Dilma e já adiantava o compasso da desestabilização do governo antes do seu início e a marcha da impaciência que mexe com os nervos à flor da pele dos manifestantes. Um jovem, bastante aplaudido ao microfone, na manifestação do dia 15 de março na avenida Paulista acusava os "políticos que querem sangrar o governo Dilma" de serem conciliadores!

Em segundo lugar, a intolerância deve saturar toda a cena: não se deve duvidar ou discutir a verdade de que o PT e o governo Dilma são os principais culpados da corrupção no Brasil. O discurso cívico correto que não se deve tolerar a corrupção é dirigido unilateral e de modo viesado para o discurso desqualificador de que não se deve tolerar o PT ou o governo Dilma. Esta fuga ao contraditório democrático também não é espontânea mas criada pelo tratamento seletivo das investigações, pela sua publicidade dirigida contra o PT nos oligopólios de comunicação e, principalmente, pelo discurso oficial que tem a sua origem, desde 2005, na inteligência do Instituto FHC. "Para acabar com a corrupção no Brasil, a solução é simples: basta tirar o PT do governo", afirmou Aécio Neves no último debate na campanha eleitoral de 2014; "perdi a eleição para uma organização criminosa", reafirmou após as eleições.

Em terceiro lugar, a cena da manifestação deve estar aberta ao discurso do ódio: não deve haver limites para a violência verbal ou simbólica. Erra, como quase sempre, o colunista parcial Elio Gaspari: não se tratam de excentricidades ou slogans de pequenos grupos fascista ou de ultra-direita. O micro-fone está aberto à barbárie: um torturador não foi convidado à fala ao microfone na Paulista? Bonecos da presidenta Dilma e do ex-presidente Lula enforcados vistosamente na grade do viaduto? Mas esta violência sem limites está já,

como se observou, na fala das principais lideranças do PSDB e nos meios midiáticos que controlam: a presidenta com o pescoço pronto para ser ceifado na charge da primeira página de O Globo, a presidenta Dilma rodando bolsinha na charge que ilustra um ponto de vista do editor do site UOL!

Vigília democrática

Esta inteligência estratégica golpista que arma o tempo acelerado, a intolerância e o discurso do ódio deve ser enfrentada desde já e com a máxima urgência por uma inteligência democrática, capaz de mobilizar os fundamentos dos sentimentos democráticos, republicanos e socialistas do povo brasileiro.

O primeiro desafio é tomar a pulsão verde amarela do tempo golpista através da antecipação de seus passos. Já há elementos e consciência suficientes para propor à sociedade brasileira uma vigília democrática verde-amarela e de todas as cores e a formação de um amplo movimento em defesa da democracia, das liberdades e contra a corrupção. Esta vigília democrática deveria ser capaz de mobilizar e denunciar oficialmente as intenções golpistas de FHC, Aécio Neves, Rede Globo e dos grupos proto-fascistas que organizam as manifestações pelo impedimento político da presidente. Ele deveria ser capaz de formar em torno de si toda uma rede diária e permanente de comunicação democrática e popular, como fez Brizola em 1962 formando a partir de uma rádio gaúcha toda um rede nacional pela legalidade da posse do vice-presidente Jango Goulart após a renúncia de Jânio.

O segundo desafio é o de desconstruir a autoridade do PSDB de conduzir a luta pelo fim da corrupção sistêmica no Brasil, através de uma massiva campanha pública capaz de furar o bloqueio do anti-pluralismo midiático. As lideranças que conduzem a campanha golpista estão cercadas por todos os lados de denúncias documentadas de farta e sempre impune corrupção. O PSDB é certamente, pode se comprovar com razão e provas, o partido que dá a maior cobertura e apoio à corrupção no Brasil! Em particular, a figura de Aécio, presidente do partido golpista, é alvo de vídeos de Youssef, provas documentadas e periciadas, testemunhos convergentes que indicam a sua presença em escândalos de corrupção. Os golpistas conseguirão manter isto à margem do conhecimento da opinião pública nacional, da maioria dos brasileiros?

O terceiro grande desafio é o de recoesionar a base política, social e eleitoral do segundo governo Dilma através de uma rápida e urgente reorientação de política econômica, retomando os temas do desenvolvimento, da construção dos direitos das classes trabalhadoras, da ampliação e qualificação das políticas públicas, do enfrentamento dos preconceitos contra os negros, as mulheres e os gays.

Não se pode lutar contra o ódio da direita golpista sem mobilizar, de modo profundo, as paixões e esperanças do povo brasileiro em defesa de seus direitos. Isto não acontecerá se o discurso, a imagem e os símbolos do governo estiverem atados à linguagem fatal da recessão, da restrição, mesmo que na margem, de direitos, na limitações das políticas públicas.

Esta vigília democrática, por sua representação e força acumulada, com sua capacidade de mobilização e denúncia, ainda teria condições de paralisar a estratégia golpista que converge para o próximo dia 12 de abril.

Compartilhe nas redes: